PLANO ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

2021 — 2026

Secretaria de Estratégia e Projetos

Departamento de Gestão Estratégica

Julho 2026 – 12ª versão

CNJ

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente
Ministro Luiz Edson Fachin

Corregedor Nacional de Justiça
Ministro Mauro Campbell Marques

Conselheiras/os
Ministra Kátia Magalhães Arruda
Jaceguara Dantas
Andréa Cunha Esmeraldo
Paulo Régis Machado Botelho
Fabio Esteves
Ilan Presser
Noemia Porto
Silvio Amorim
João Paulo Schoucair
Ulisses Rabaneda
Marcello Terto
Daiane Nogueira de Lira
Rodrigo Badaró

Secretária-Geral
Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Secretário de Estratégia e Projetos
Paulo Marcos de Farias

Juízas/es Auxiliares da Presidência
Adriana Franco Melo Machado
Adriano da Silva Araújo
Ana Lúcia Andrade de Aguiar
Daniel Ribeiro Surdi de Avelar
Dorotheo Barbosa Neto
Helena Campos Refosco
João Felipe Menezes Lopes
João Thiago de França Guerra
Jônatas Santos Andrade
Keity Mara Ferreira de Souza E Saboya
Lívia Cristina Marques Peres
Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi
Paulo Marcos de Farias

Diretor do Fundo de Modernização do Conselho Nacional de Justiça
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

Secretário de Auditoria
Osair Victor de Oliveira Junior

Ouvidora Nacional de Justiça
Renata Gil

Diretor-Geral
Bruno César de Oliveira Lopes

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Coordenadores do Departamento de Gestão Estratégia
Fábio Cesar dos Santos Oliveira
Mauricio Cavallazzi Póvoas

Diretora
Fabiana Andrade Gomes e Silva

Divisão de Gestão Estratégica do CNJ
Adilson Medeiros da Silva
Neuma Christina Lopes Nunes
Ricardo Paz de Lima Araújo

Seção de Estudos Organizacionais e de Gestão do Sistema de Atos Normativos
David Cosme Alves Pereira

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social
Gabriela Guerreiro

Divisão de Multimeios
Mirela Lopes Torres

Revisão
Caroline Iltchenco Zanetti
Matheus Bacelar

2026

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

PLANO ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

2021 — 2026

Sumário

Mapa Estratégico do Conselho Nacional de Justiça 6

Missão 7

Visão 7

Valores 7

Temas, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Metas e Ações Institucionais do Planejamento Estratégico do CNJ 2021-2026 8

TEMA: **Gestão Estratégica e Transparência** 8

Objetivo Estratégico 1 8

Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, bem como dos demais órgãos correicionais 8

Objetivo Estratégico 2 11

Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias 11

Objetivo Estratégico 3 12

Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário 12

Objetivo Estratégico 4 14

Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica 14

TEMA: **Correição e Serventia Extrajudicial** 16

Objetivo Estratégico 5 16

Aprimorar as inspeções e correições 16

Objetivo Estratégico 6 17

Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais 17

TEMA: **Soluções Alternativas de Conflitos, Desjudicialização, Cidadania e Instersetorialidade** 18

Objetivo Estratégico 7 18

Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos 18

Objetivo Estratégico 8 24

Fortalecer a Política Judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização 24

TEMA: **Tecnologia da Informação e Gestão de Dados** 25

Objetivo Estratégico 9 25

Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital 25

Objetivo Estratégico 10 28

Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas 28

TEMA: **Inovação e Desburocratização** 30

Objetivo Estratégico 11 30

Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ 30

Objetivo Estratégico 12 31

Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo 31

Objetivo Estratégico 13 33

Estimular a desburocratização no Poder Judiciário 33

TEMA: **Sustentabilidade e Acessibilidade** 34

Objetivo Estratégico 14 34

Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade 34

TEMA: **Comunicação Institucional** 36

Objetivo Estratégico 15 36

Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário 36

Projetos Institucionais 38

TEMA: **Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho** 39

Objetivo Estratégico 16 39

Objetivo Estratégico 17 41

Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua 41

TEMA: **Orçamento e Finanças** 42

Objetivo Estratégico 18 42

Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário 42

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

2021 — 2026

SOCIEDADE

MISSÃO:

Promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira.

VISÃO:

Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira.

VALORES:

- Proteção dos direitos fundamentais
- Ética
- Responsabilidade Socioambiental
- Integração
- Comprometimento
- Valorização das pessoas
- Agilidade
- Eficiência

PROCESSOS

Gestão Estratégica e Transparência

- Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, bem como dos demais órgãos correicionais
- Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de políticas judiciárias
- Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário
- Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica

Inovação e Desburocratização

- Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ
- Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo
- Estimular a desburocratização no Poder Judiciário

Comunicação Institucional

- Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário

Soluções Alternativas de Conflitos, Desjudicialização, cidadania e intersetorialidade

- Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos
- Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização

Correição e Serventia Extrajudicial

- Aprimorar as inspeções e correições
- Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho

- Aperfeiçoar políticas e práticas de Gestão de Pessoas
- Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua

Tecnologia da Informação e Gestão de Dados

- Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital
- Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas

Orçamento e Finanças

- Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário

Sustentabilidade e Acessibilidade

- Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Missão

Promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira.

Visão

Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira.

Valores

Proteção dos direitos fundamentais

Garantir que a atuação do Conselho Nacional de Justiça se harmonize com a proteção dos direitos fundamentais, especialmente a igualdade e o acesso à prestação jurisdicional.

Ética

Atuar com ética no cumprimento de suas atividades.

Responsabilidade socioambiental

Observância aos princípios gerais de sustentabilidade e acessibilidade na atuação do CNJ.

Integração

Busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade.

Comprometimento

Compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização.

Valorização das pessoas

Reconhecimento de que as pessoas consubstanciam a principal riqueza do CNJ e que o seu trabalho deve ser valorizado.

Agilidade

Celeridade no desenvolvimento das atribuições.

Eficiência

Simplificar os procedimentos, desburocratizar e tornar a gestão do CNJ e do Poder Judiciário mais eficiente, inclusive por meio da disseminação de inovações tecnológicas.

Temas, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Metas e Ações Institucionais do Planejamento Estratégico do CNJ 2021-2026

TEMA: **Gestão Estratégica e Transparência**

Refere-se ao desenvolvimento de diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Judiciário; regras e procedimentos para as relações entre Poder Judiciário e sociedade; mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas), que orientam ações do Poder Judiciário, bem como o aperfeiçoamento do monitoramento dessas políticas. Também diz respeito à promoção de estudos e pesquisas que explicitem a realidade institucional e identifiquem as principais causas dos problemas que afetam o Poder Judiciário (diagnóstico), bem como à aplicação dos instrumentos de gestão estratégica para implementação das respectivas soluções, prezando pela qualidade dos dados gerados. Refere-se, ainda, à adoção de práticas que possibilitem divulgar de maneira ágil, fácil e inteligível, a qualquer interessado, as atividades dos órgãos do Poder Judiciário.

Objetivo Estratégico 1

Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, bem como dos demais órgãos correicionais

Consiste na formulação de políticas judiciárias visando o aprimoramento da prestação jurisdicional e do bom funcionamento das funções administrativas. Pretende-se, também, coordenar e orientar a implantação das políticas e a análise e consolidação daquelas em vigor.

Indicadores e Metas

<table>
<tr><th rowspan="2">Nº</th><th rowspan="2">Indicador</th><th colspan="6">Metas</th><th rowspan="2">Responsável</th><th rowspan="2">Periodicidade</th></tr>
<tr><th>2021</th><th>2022</th><th>2023</th><th>2024</th><th>2025</th><th>2026</th></tr>
<tr><td rowspan="2">01</td><td rowspan="2">Índice de Cumprimento das Metas Nacionais</td><td colspan="6">Garantir, até 2026, que, pelo menos, 75% dos tribunais cumpram as Metas Nacionais das quais participam</td><td rowspan="2">DGE</td><td rowspan="2">Anual</td></tr>
<tr><td>56%</td><td>57%</td><td>75%</td><td>75%</td><td>75%</td><td>75%</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fórmula</td><td colspan="8">$\frac{\left(\sum_{i=1}^{n} \frac{Tribunais\ que\ cumpriram\ a\ Meta\ Nacional\ i}{Tribunais\ que\ participam\ da\ Meta\ Nacional\ i}\right)}{n}$</td></tr>
<tr><td colspan="10">Descrição: Média entre os cumprimentos de cada Meta Nacional no período</td></tr>
</table>

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
02	Índice de execução do plano de acompanhamento das unidades judiciais	Acompanhar, ano a ano, 100% dos membros de Tribunais de Justiça identificados nas inspeções/correições realizadas pela Corregedoria Nacional com maior dificuldade de cumprir as metas nacionais 1 e 2 do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo.						CN	Anual
		2%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		(∑ de gabinetes de desembargadores acompanhados pela Corregedoria Nacional de Justiça / ∑ de gabinetes de desembargadores identificados nas inspeções e correições realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça que estão com dificuldades de cumprir as metas nacionais do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo de conclusão) x 100							
Descrição: Mede o percentual de gabinetes de desembargadores acompanhados pela Corregedoria Nacional de Justiça, em parceria com a presidência dos tribunais, dentre os identificados nas inspeções e correições realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça que estão com maior dificuldade de cumprir as metas nacionais do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo de conclusão.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
04	Índice de realização de pesquisas e painéis	Executar, ano a ano, 90% das pesquisas e dos painéis						DPJ	Anual
		90%	90%	90%	90%	90%	90%		
Fórmula		(Número de pesquisas e painéis concluídas no ano) / (Número de pesquisas e painéis planejadas para o ano)*100							
Descrição: Mede o percentual de pesquisas e painéis concluídos de acordo com o quantitativo anual fixado pelo Conselho Consultivo do DPJ e pela Administração do CNJ.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**SISBAJUD - Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário.** Desenvolver o Sistema de Busca e Ativos do Poder Judiciário em substituição do Bacenjud 2.0.	SEP	2022
2	**RENAJUD WS** Desenvolver novo sistema de consulta e restrição de veículos automotores e carteira nacional de habilitação e de leilão judicial.	SEP	2022
3	**Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas Tecnológicas do Programa Justiça 4.0** Desenvolver, junto ao universo de 86 tribunais, um estudo diagnóstico sobre a modernização e otimização das estruturas, processos e procedimentos internos instalados nesses órgãos em face da implementação das políticas tecnológicas: Núcleos de Justiça 4.0, Balcão Virtual e Juízo 100% Digital.	SEP	2024

4	**6ª Edição da Série Justiça Pesquisa** Contratar pesquisas empíricas em eixos temáticos destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira, análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário e para fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias, nos termos do art. 5º, § 1º e § 2º, inc. II, da Lei nº 11.364/2006.As contratações se darão por meio do 1º Edital de Convocação da 6ª Edição da Série Justiça Pesquisa que atendam aos requisitos definidos nos presentes Estudos Preliminares e no Edital.	SEP	2025
5	**Repositório Anticorrupção e Tecnologia do Poder Judiciário** Criar um repositório que reúna sistematicamente publicações incluindo pesquisas, estudos e diretrizes concernentes à atuação do Poder Judiciário e dos serviços auxiliares e às possibilidades do uso da tecnologia em ações de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e de recuperação e gestão de ativos; e disseminar o repositório para públicos do Poder Judiciário e demais profissionais interessados no tema.	SEP	2024
6	**Atualização de dados Étnico-Raciais no Poder Judiciário** Estruturar a prestação de informações continuada de dados étnico-raciais da força de trabalho dos órgãos do Poder Judiciário e identificar o atual perfil-étnico racial do Poder Judiciário	Presidência	2023
7	**Mapa Nacional do Tribunal do Júri** Identificar, por meio dos dados do Painel "Justiça em Números", os gargalos específicos e, posteriormente, as questões a eles relacionadas que geram a morosidade e o acúmulo de processos de competência do Tribunal do Júri, criando soluções colaborativas e customizadas para resolução desses problemas em parceria com os tribunais envolvidos.	SEP	Em andamento
8	**Painel do Grandes Litigantes** Produzir um novo painel digital, denominado "Painel dos Grandes Litigantes", que contenha os maiores litigantes do judiciário, para ser disponibilizado aos Magistrados Servidores, Pesquisadores, Estudantes e Comunidade como um todo.	SEP	Em andamento
9	**Delegação de Perfis** Ampliar a utilização da Plataforma de Delegação de Perfis para abranger outros módulos básicos e negociais da PDPJ, possibilitando a consolidação da delegação de acessos em uma plataforma centralizada.	Presidência	2024
10	**Portal de Serviços** Desenvolver e publicar serviços judiciários, que façam parte de um Portal de acesso unificado aos serviços da Justiça, buscar contribuir para criar uma identidade visual única para os serviços do Judiciário Nacional. Para tanto, ser criadas funcionalidades para o público interno, que atue no dia a dia da justiça, e para o público externo, demandar da justiça.	SEP	Em andamento
11	**Desenvolvimento do módulo de Sessão de Julgamento (PDPJ-Br)** Desenvolver e implementar o módulo de Sessão de Julgamento no ambiente de produção da PDPJ-Br. O módulo dever ser desenvolvido e implementado considerando todas as funcionalidades necessárias para a sua integração à PDPJ-Br, inspirar-se em funcionalidades de sistemas já existentes, como o PJe e o E-Proc.	DTI	Em andamento
12	**Programa Nacional de Promoção da Equidade Racial no Poder Judiciário – 2024** Estruturar e implementar iniciativas e políticas para promover a equidade racial no Poder Judiciário	Presidência	Em andamento

13	**7ª Edição da Série Justiça Pesquisa - Exercício 2024/2025** Contratar e realizar pesquisas empíricas no tema "Diagnóstico sobre o Enfrentamento de Litigância Predatória no Poder Judiciário".	SEP	2025
14	**2ª edital da 7ª Edição da Série Justiça Pesquisa - Exercício 2024/2025** Contratar pesquisas empíricas em eixos temáticos destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira, análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário e para fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias, nos termos do art. 5º, § 1º e § 2º, inc. II, da Lei nº 11.364/2006.	DPJ	Em andamento
15	**Painel Crime Organizado** Produzir painel digital responsável pelo armazenamento centralizado dos dados e metadados processuais relativos a todos os processos físicos ou eletrônicos, públicos ou sigilosos dos tribunais, denominado "painel Crime Organizado".	DPJ	Em andamento
16	**Mapa Nacional do Crime Organizado** Identificar a forma como o Poder Judiciário trata as persecuções penais dos delitos de organização criminosa (art. 2º e seu parágrafo 1º, da Lei nº 12.850/2013) e outros associativos que podem ter relação com crime organizado (em especial art. 35, Lei nº 11.343/2006, e arts. 288 e 288-A, do Código Penal); as estruturas adotadas e a situação dos acervos nas unidades judiciárias; além do impacto de cada modelo nos resultados, apresentando, em seguida, o Mapa Nacional do Crime Organizado.	SEP	Em andamento

Objetivo Estratégico 2

Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias

Pretende-se desenvolver os processos do ciclo de gestão de políticas judiciárias do CNJ, com foco no planejamento e no monitoramento, visando construir um modelo de gerenciamento que permita aprimorar a formulação e o acompanhamento de ações, bem como a apresentação dos resultados alcançados à sociedade.

Indicadores e Metas

<table>
<tr><th rowspan="2">Nº</th><th rowspan="2">Indicador</th><th colspan="6">Metas</th><th rowspan="2">Responsável</th><th rowspan="2">Periodicidade</th></tr>
<tr><th>2021</th><th>2022</th><th>2023</th><th>2024</th><th>2025</th><th>2026</th></tr>
<tr><td rowspan="2">05</td><td rowspan="2">Índice de monitoramento de políticas judiciárias nacionais programáticas</td><td colspan="6">Garantir que até 2026, 60% das políticas judiciárias em execução possuam ao menos um indicador de monitoramento disponibilizado no portal do CNJ</td><td rowspan="2">DIPJ</td><td rowspan="2">Anual</td></tr>
<tr><td>40%</td><td>40%</td><td>50%</td><td>50%</td><td>60%</td><td>60%</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fórmula</td><td colspan="8">((Número total de políticas judiciais programáticas com indicador monitorado) / (Número total de políticas judiciárias programáticas em execução))*100</td></tr>
<tr><td colspan="10">Descrição: Mede o percentual de políticas judiciárias programáticas em execução que possui ao menos um indicador de monitoramento publicado no portal do CNJ. Considera-se política judiciária programática a política instituída por resoluções do CNJ, com uma instância de governança definida, objetivos que possam ser desdobrados em um plano de ação e cujo resultado pode ser acompanhado por um ou mais indicador de monitoramento.</td></tr>
</table>

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
06	Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais programáticas	Garantir que até 2026, 70% das políticas judiciarias em execução possuam um plano de implementação						DIPJ	Anual
		20%	30%	40%	50%	60%	70%		
Fórmula		((Número total de políticas judiciárias programáticas com plano de implementação) / (Número total de políticas judiciárias programáticas em execução))*100							
Descrição: Mede o percentual de políticas judiciárias programáticas que possuem planejamento formalizado em sistema de governança de PJNP.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Integra - Serviço de Monitoramento de Atos do CNJ** Aperfeiçoar o Painel Interativo Nacional de Dados Ambiental e Interinstitucional - SireneJud para melhorar a experiência do usuário visualizar dados, produzir informação e criar KMLs (formato de arquivo para identificar áreas geográficas).	Presidência	Em andamento
2	**SireneJud 2.0 – Evoluções** Aperfeiçoar Painel Interativo Nacional de Dados Ambiental e Interinstitucional – SireneJud para melhorar a experiência do usuário: (i) na visualização de dados; (ii) na produção de informação; e (iii) na criação de KMLs (Keyhole Markup Language – formato de arquivo para identificar áreas geográficas)..	DPJ	Em andamento
3	**Painel "Justiça Criminal e Sistema Prisional"** Produzir novo painel digital denominado "Justiça Criminal e Sistema Prisional", seguindo o disposto na Resolução n. 331/2020, que indique, em um primeiro momento, os dados processuais do Júri, da execução penal e do Banco Nacional de Mandados de Prisão.	SEP	Em andamento

Objetivo Estratégico 3

Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário

Visa definir modelos e padrões para promoção da governança dos dados dos órgãos do Poder Judiciário e que são necessários à realização dos estudos, pesquisas e relatórios produzidos ou promovidos pelo CNJ. Incorpora a gestão global da informação desde a estruturação do dado, o seu conteúdo, as formas de extração e de transmissão.

Indicadores e Metas

<table>
<tr><th rowspan="2">Nº</th><th rowspan="2">Indicador</th><th colspan="6">Metas</th><th rowspan="2">Responsável</th><th rowspan="2">Periodicidade</th></tr>
<tr><th>2021</th><th>2022</th><th>2023</th><th>2024</th><th>2025</th><th>2026</th></tr>
<tr><td rowspan="2">07</td><td rowspan="2">Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud</td><td colspan="6">Ter, até 2026, 90% da base saneada</td><td rowspan="2">DPJ</td><td rowspan="2">Anual</td></tr>
<tr><td>40% da base saneada</td><td>55% da base saneada</td><td>65% da base saneada</td><td>75% da base saneada</td><td>85% da base saneada</td><td>90% da base saneada</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fórmula</td><td colspan="8">(número de registros consistentes no DataJud / número de registros no DataJud)*100</td></tr>
<tr><td colspan="10">Descrição: consiste em melhorar o DataJud, de forma que o nível de inconsistência detectado pelo DPJ nos painéis de qualificação dos dados reduza a cada ano. O nível de inconsistência é medido considerando o percentual de problemas identificados no DataJud, levando-se em consideração ausência ou classificação incorreta de classes, assuntos e movimentos das Tabelas Processuais Unificadas, dados de partes faltantes ou mal preenchidas, datas inválidas, código de órgão julgador inválido, identificação do grau de jurisdição com erro, entre outros. A meta será dada por cumprida caso o indicador de nível de consistência atinja 90% ou mais.</td></tr>
</table>

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Painel de Estatística – Justiça 4.0** Produzir novo painel digital, denominada “Painel de Estatística”, seguindo o disposto na Resolução n. 333/2020, que determina a inclusão de campo/espaço denominado “Estatística” na página principal dos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário, seguindo ainda a necessidade de possibilitar fácil acesso às informações consolidadas da atividade-fim dos órgãos do Poder Judiciário para a tomada de decisões e a imprescindibilidade do uso de dados atuais, confiáveis e desagregados, disponíveis em um mesmo campo/espaço no portal do tribunal, assim como a necessidade de reunir dados abertos, Painéis de Business Intelligence e Relatórios Estatísticos referentes à atividade-fim do Poder Judiciário.	SEP	Em andamento
2	**DATALAKE** Definir um repositório de dados corporativos único dentro do Programa Justiça 4.0, consolidados a partir das bases de diferentes sistemas de origem, armazenados em diferentes formatos e utilizados como fonte de dados para consumo por outros sistemas e outras aplicações integrados ao Programa, construindo consequentemente uma governança de dados estruturados e não estruturados.	SEP	2024
3	**Qualificação de Dados** Promover um ecossistema de dados no Poder Judiciário que possibilitar a acurácia na identificação e transparência dos dados processuais, garantir aos usuários uma melhor experiência na usabilidade do Portal de Serviços.	SEP	Em andamento
4	**Painel do Programa Desjudicializa** Produzir novo painel digital denominado “Painel Desjudicializa”, em que serão apresentados dados processuais detalhados a respeito do maior litigante do Poder Judiciário brasileiro, o Instituto Nacional de Seguro Social-INSS.	SEP	Em andamento

5	**Data Lake - Melhorias Evolutivas e Corretivas** Implementar melhorias evolutivas, correções e novas funcionalidades no Data Lake, assegurando a continuidade da relevância, segurança e eficiência, e fortalecendo seu papel como um repositório centralizado e integrado para o grande volume de dados gerados pelos sistemas do Justiça 4.0.	SEP	Em andamento
6	**Painel da Fazenda Nacional** Produzir novo painel digital denominado "Painel Fazenda Nacional", de acordo com a Portaria Conjunta Nº 7 de 23/10/2023, que dispõe sobre procedimentos, iniciativas e estratégias para racionalizar e aprimorar o fluxo de execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	SEP	Em andamento
7	**Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal (cursos, capacitações, metodologias e ferramentas avançados) – Ciclo Avançado** Desenvolvimento de metodologias e elaboração de cursos, materiais e ferramentas de capacitação na modalidade de Educação a Distância (EaD) na temática de ciência de dados e em nível avançado, em complemento ao projeto anterior finalizado.	SEP	Em andamento
8	**Pesquisa IA 2024 - Mapeamento dos projetos de Inteligência Artificial em desenvolvimento pelos tribunais brasileiros** Mapear e avaliar os projetos de Inteligência Artificial (IA) em desenvolvimento nos tribunais brasileiros, identificando barreiras, facilitadores e o alinhamento às normativas do CNJ	DTI	2025
9	**Módulo de Pessoal e Estrutura Judiciária Mensal (MPM) V.2** Reestruturar e manter o Sistema Módulo de Pessoal e Estrutura Judiciária Mensal (MPM). Seu principal objetivo é centralizar e atualizar informações sobre órgãos do Poder Judiciário brasileiro (serventias, magistrados(as), servidores(as) e forças auxiliares), abrangendo todos os ramos de justiça, tribunais e conselhos. O sistema permite monitorar políticas públicas relacionadas à inclusão de gênero, acessibilidade, ações de cotas raciais e reservas para pessoas com deficiência, além de fornecer dados confiáveis para planejamento, gestão e transparência.	DTJ	Em andamento

Objetivo Estratégico 4

Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica

Aprimorar, para fins de controle social, os mecanismos de transparência ativa – informação disponibilizada pelos órgãos do Poder Judiciário – e passiva – informação prestada em resposta a uma solicitação externa.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
08	Atendimento da Ouvidoria	Responder 93% das demandas dentro do prazo previsto, ano a ano, até 2026						OUV	Anual
		93%	93%	93%	93%	93%	93%		
Fórmula		(Total de relatos respondidos em até 5 dias úteis)/(Total de relatos recebidos)*100							
Descrição: Mede o percentual de respostas às demandas da Ouvidoria realizadas no prazo previsto.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
09	Satisfação com o atendimento da ouvidoria	Alcançar o índice de 74% de usuários satisfeitos com o atendimento da Ouvidoria, ano a ano, até 2026						OUV	Anual
		74%	74%	74%	74%	74%	74%		
Fórmula		Resultado da pesquisa de satisfação com o atendimento da Ouvidoria realizada pela unidade. Atribuíram-se pesos aos blocos de itens pesquisados. A medição final do indicador é a média ponderada dos resultados alcançados na pesquisa, considerando-se os pesos atribuídos.							
Descrição: Mede o resultado da pesquisa de satisfação com o atendimento da Ouvidoria realizada pela unidade. Atribuíram-se pesos aos blocos de itens pesquisados. A medição final do indicador é a média ponderada dos resultados alcançados na pesquisa, considerando-se os pesos atribuídos.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
10	Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário	Divulgar 100% das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário, até 2026						DPJ	Anual
		90%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		((Número de pesquisas elaboradas no ano onde houve a divulgação de dados primários e em formato aberto) / (Número total de pesquisas divulgadas no ano em que houve coleta primária de dados pelo DPJ e excluídas as coletas de dados pessoais e sensíveis))*100							
Descrição: Mede o percentual de divulgação de informações primárias em formato aberto e não proprietário aptas a fomentar uma análise do Poder Judiciário por pesquisadores ou por entidades que estudam e propõem políticas públicas. Não são contabilizadas as pesquisas e fontes de dados que abrangem dados pessoais e sensíveis.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**1º Ciclo de Capacitações em Ouvidorias Judiciais** Promover a articulação com as demais ouvidorias judiciais visando o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços.	OUV	2023
2	**Revista CNJ V5** Realizar análises sistemáticas e aprofundadas sobre os principais temas pertinentes à atuação do Poder Judiciário.	SEP	2021
3	**Gestão e transparência das Comissões Permanentes e Colegiados** Criar solução para gestão, monitoramento e transparência das comissões permanentes e colegiados.	SEP	2023

TEMA: **Correição e Serventia Extrajudicial**

Aperfeiçoamento dos procedimentos necessários ao desempenho das funções de correição do conselho, abrangendo suporte tecnológico, processos organizacionais, gestão documental e relação com as partes e a sociedade. Também abrange processos que visem a melhoria dos serviços extrajudiciais.

Objetivo Estratégico 5

Aprimorar as inspeções e correições

Criar mecanismos para aperfeiçoar realização de inspeções e correições, buscando, também, prevenir desvios de conduta e práticas que possam caracterizar delitos nos órgãos do Poder Judiciário, na área finalística ou administrativa, com ampla visibilidade dos resultados à sociedade, naquilo que couber; além de estruturação de sistema de gestão da integridade com diretrizes e requisitos de comportamento.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
11	Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições	Executar 100% das etapas estabelecidas, ano a ano, para as iniciativas que aprimorem o processo de trabalho das inspeções e correições						CN	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		Somatório dos percentuais atingido em cada ação estabelecida no plano de ação elaborado pela unidade responsável							
Descrição: Mede o percentual de execução de todas as ações e de todos os projetos elaborados pela Corregedoria Nacional de Justiça que dizem respeito ao aprimoramento das inspeções e correições.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
12	Índice de Execução do Plano de Inspeções	Executar 100% das inspeções planejadas para o ano de referência						CN	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		(∑ de inspeções realizadas / ∑ de inspeções planejadas) x 100							
Descrição: Mede o percentual de inspeções realizadas no ano de referência									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR)** Promover a implantação, a padronização, a configuração e a manutenção do Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR).	CN	2023
2	**Desenvolvimento de um Conjunto de Solução em Gestão de Dados para a Corregedoria Nacional de Justiça** Implementar um conjunto de soluções em gestão de dados e tecnologia da informação que possibilite à Corregedoria Nacional de Justiça acessar, extrair, agrupar e analisar, de forma eficiente e segura, o desenvolvimento e a implementação de ferramentas de controle, monitoramento e automação envolvendo todos os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil	CN	Em andamento

Objetivo Estratégico 6

Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais

Implementar medidas de aprimoramento e modernização das atividades extrajudiciais, a fim de proporcionar mais eficiência e qualidade à atividade notarial e registral do país.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
13	Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais	Executar 100% das etapas previstas, ano a ano, das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais						CN	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		Somatório dos percentuais atingido em cada ação estabelecida no plano de ação elaborado pela unidade responsável							
Descrição: Mede o percentual de execução das ações de aperfeiçoamento dos serviços extrajudiciais.									

TEMA: Soluções Alternativas de Conflitos, Desjudicialização, Cidadania e Instersetorialidade

Promoção da pacificação social por intermédio de meios alternativos de solução de conflitos, como mecanismo para o enfrentamento da excessiva litigiosidade e para a redução do número de processos judiciais no País; promoção das ações conjuntas com outros órgãos do Poder judiciário e de demais poderes com vistas à promoção da cidadania.

Objetivo Estratégico 7

Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos

Reforçar a integração do CNJ com órgãos e entidades dos Três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil em busca de proposições e ações que tenham por foco a proteção e a promoção dos direitos humanos por meio de projetos e iniciativas voltados aos direitos fundamentais e de cidadania.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
14	Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania	Implementar 100% das etapas estabelecidas, ano a ano, para as iniciativas que promovam os direitos de cidadania, até 2026						DMF	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		Somatório dos percentuais atingidos em cada ação estabelecida no plano de ação elaborado pela unidade responsável.							
Descrição: Mede o percentual de implantação de ações relacionadas ao Plano Nacional de Superação do Estado de Coisas Inconstitucional do Sistema Carcerário - Pena Justa: Implementação de 27 Comitês de Política Penal; Realização das Reuniões Institucionais para o cumprimento do plano Pena Justa com diversos atores nacionais e estaduais; Elaboração de Metodologia de Monitoramento do Pena Justa; Entrega do Primeiro Relatório de Monitoramento do Pena Justa ao Supremo Tribunal Federal.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Prêmio Prioridade Absoluta** Criar o "Prêmio Prioridade Absoluta" a fim de valorizar o respeito dos direitos das crianças, adolescentes e jovens com a prioridade absoluta.	Gabinete do juiz do trabalho	2022
2	**Depoimento Especial das Crianças e Adolescentes pertencentes aos Povos e Comunidades Tradicionais** Construir protocolo de atendimento e de realização de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, oriundas de Povos e Comunidades	Gabinete do juiz do trabalho	2022

3	**Justiça Começa na Infância** Promover ações para o Marco Legal da Primeira Infância.	SEP	2022
4	**Prevjud - Automação de Processos Previdenciários - Justiça 4.0** Criar solução de software para automação dos acessos a informações das bases de dados do INSS, bem como automação do cumprimento, pelo INSS, das decisões judiciais.	SEP	Em andamento
5	**Justiça Itinerante e Direitos Humanos** Executar Justiça Itinerante para promoção dos Direitos Humanos, especialmente nas áreas de combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas, questões afetas à violência de gênero, bem como levar a ação de biometria e documentação de presos.	Gabinete do juiz de Tribunal Regional do Trabalho	2022
6	**Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos** Promover atividades do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, a fim de acompanhar e contribuir para a implementação de políticas públicas e práticas institucionais visando ao fortalecimento de uma cultura jurídica de Direitos Humanos no judiciário nacional, com ênfase no controle de convencionalidade.	Presidência/ DMF	2023
7	**Prêmio Prioridade absoluta – 2ª edição** Identificar, disseminar e possibilitar a replicação de práticas de sucesso voltadas à promoção, valorização e respeito dos diretos das crianças, adolescentes e dos jovens	Gabinete do juiz estadual	2022
8	**Ciclo de Debates da Comissão Permanente e Políticas e de Desenvolvimento do Cidadão** Realizar seminários, com debates temáticos em que atores do Judiciário e parceiros de instituições públicas e da sociedade civil discutirão temas específicos relacionados à promoção de direitos sociais, em especial relacionados à saúde, à educação e à tutela do meio ambiente.	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	2023
9	**Pesquisa sobre Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro** Registrar a realização da pesquisa sobre Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro.	SEP	2023
10	**Discriminação e Violência Contra a População LGBTQIA+** Registrar a realização da pesquisa sobre Discriminação e Violência Contra a População LGBTQIA+	SEP	2022
11	**Demandas Complexas** Estruturar o Poder Judiciário e suas conexões com o sistema de Justiça e as demais Instituições públicas, para responder de forma cooperativa, célere e articulada às demandas complexas.	SEP	2025
12	**Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal** Estruturar e implementar, de forma constante e integrada, o acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI).	Presidência	2023
13	**Banco Nacional de Medidas Penais e Prisão (BNMP)** Desenvolver novas funcionalidades para o aprimoramento do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP) de modo a melhor auxiliar a gestão da população carcerária brasileira em todas as suas vertentes.	DMF	2023
14	**Nacionalização SAREF - Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial** Disponibilizar, para todos os tribunais aderentes à PDPJ-BR, o Sistema SAREF (Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial), de modo a nacionalizar a solução.	SEP	2025
15	**Consulta Nacional de Pessoas (FAC Nacional)** Desenvolver serviço estruturante de busca nacional de pessoas para o Portal de Serviços, o qual possibilitará a identificação de todos os processos judiciais, bem como informações constantes nas bases de dados da Polícia Federal, a partir da inserção de dados pessoais como cpf, nome da mãe, número da OAB, dentre outros.	SEP	2025

16	**Nacionalização SAREF - Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial** Disponibilizar, para todos os tribunais aderentes à PDPJ-BR, o Sistema SAREF (Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial), de modo a nacionalizar a solução.	SEP	2025
17	**SisPreq – Sistema de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor** Desenvolver uma solução nacional para a expedição de ofícios requisitórios, gestão de fila e pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e precatórios.	SEP	Em andamento
18	**Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal - 1a Edição de 2024 - Humaitá e Lábrea/AM** Estruturar e implementar acesso à Justiça por meio da realização de Itinerância cooperativa na Amazônia Legal.	SEP	2025
19	**Sisperjud** Construir um módulo na PDPJ para solução de software que automatize a quesitação, a curadoria e a elaboração do laudo das perícias médicas dos benefícios previdenciários por incapacidade.	SEP	Em andamento
20	**BNMP – Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – Melhorias Evolutivas** Desenvolvimento de melhorias no sistema do BNMP	SEP	Em andamento
21	**Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal – Edição de 2025 – Boca do Acre (AM) e Xapuri (AC)** Estruturar e implementar acesso a direitos por meio do Programa Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal.	SEP	2025
22	**FONAR - Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Formulário Rogéria** Disponibilizar os Formulários Nacional de Avaliação de Risco (FONAR) e o Formulário Rogéria, no padrão da PDPJ, acessível a partir de qualquer dispositivo por meio da internet. Integrar esse sistema ao SINESP e ao Codex para validação de Boletins de Ocorrência pré-existentes, bem como processos judiciais. Gerar uma Base de Dados nacional de avaliação de risco, possibilitando a elaboração de relatórios e dashboards de acompanhamento através de painéis analíticos	SEP	Em andamento
23	**BNMP 3.0 - Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões - Fase 2** Corrigir bugs e implementar melhorias identificadas e não identificadas contempladas na fase 1, bem como a realização da homologação final através de testes a serem executados por usuários indicados pelos tribunais e a implantação da solução em nível nacional.	DTI	2024
24	**Fonajus itinerante** Promover diálogos, cooperação institucional e capacitação, com o objetivo principal de implementar, em conjunto com os Comitês Estaduais de Saúde, a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, aprovada pela Resolução CNJ n. 530, de 10 de novembro de 2023.	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	Em andamento
25	**Pacto Nacional do Juidiciário pelos Direitos Humanos - 2a fase** Reafirmar o princípio da prevalência da dignidade humana como pilar estruturante do Estado Democrático de Direito, à luz do controle de convencionalidade e da jurisprudência interamericana em matéria de Direitos Humanos. O presente projeto institucional visa consolidar o Pacto como política pública contínua, permanente, estrutural e transformadora.	DMF	2025
26	**Alternativas Penais (sistema penal)** Articular os atores centrais da política de alternativas penais nas três esferas de governo para a implantação de serviços de acompanhamento das medidas diversas da prisão	DMF	2024
27	**Audiência de Custódia (sistema Penal)** Fortalecer as audiências de custódia como mecanismo capaz de racionalizar a porta de entrada do sistema prisional, à luz da Resolução CNJ nº213/2015, do Código de Processo Penal e em conformidade com parâmetros nacionais e internacionais.	DMF	2024

28	**Monitoração Eletrônica (sistema penal)** Articular atores estratégicos para a política de monitoração eletrônica e disseminar as diretrizes da Resolução CNJ nº 412/2021, visando a qualificação e o uso racional da medida, de modo a evitar seu crescimento exponencial.	DMF	2024
29	**Plano Nacional de Fomento à Leitura (sistema penal)** Criar uma estratégia nacional de universalização do direito ao livro e à leitura nos estabelecimentos prisionais por meio da consolidação do Plano Nacional de Fomento à Leitura em Ambientes de Privação de Liberdade.	DMF	2024
30	**Plano Nacional De Fomento ao Esporte e Lazer (sistema penal)** Qualificar as estruturas do Poder Judiciário com foco na promoção sistemática do esporte e do lazer em unidades de privação de liberdade por meio da atuação integrada entre o Judiciário e parceiros estratégicos.	DMF	Em andamento
31	**Atenção às Pessoas Egressas e Escritório Social (sistema penal)** Implementar diretrizes e procedimentos previstos na Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, instituída pela Resolução CNJ nº 307/2019, e que tem o Escritório Social como estratégia central.	DMF	2024
32	**Fortalecimento da Participação Social (sistema penal)** Fortalecer dos Conselhos da Comunidade na execução penal, compreendendo-os como importante mecanismo de participação social e de fiscalização da execução penal e de defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade.	DMF	2024
33	**Comitê de Políticas Penais (sistema penal)** Estruturar grupos interinstitucionais articulados e aptos a integrar as diversas temáticas afetas às políticas penais, com foco nas alternativas ao encarceramento, assim como na promoção da cidadania das pessoas em espaços de privação de liberdade e dos egressos, pensando-se no ciclo completo da execução penal.	DMF	2024
34	**Mutirão Processual Penal (sistema penal)** Realizar esforços concentrados para a revisão de processos nas fases de conhecimento e execução penal, garantindo o cumprimento da Lei de Execução Penal e dos precedentes vinculantes do STF com vistas ao desafogamento do sistema prisional.	DMF	2024
35	**Sistema Eletrônico de Execução Unificado (sistema penal)** Expandir e consolidar o SEEU como ferramenta nacional de gestão de execução penal, com novas ações de implantação, melhorias de governança e sustentabilidade, bem como a criação de novas funcionalidades.	DMF	2024
36	**Atendimento Inicial e Núcleo de Atendimento Integrado (sistema socioeducativo)** Garantir a mínima e mais eficaz intervenção possível no primeiro atendimento a adolescentes a quem se atribua a prática de atos infracionais é o objetivo do atendimento inicial e do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI).	DMF	2024
37	**Central de vagas (sistema socioeducativo)** Qualificar a porta de entrada do meio fechado do Sistema Socioeducativo e para operacionalizar a decisão do HC 143.988, que determina que as unidades não podem mais atuar acima do percentual de 100% de sua capacidade.	DMF	2024
38	**Audiência Concentrada (sistema socioeducativo)** Disseminar e qualificar a metodologia das audiências concentradas para reavaliação das medidas socioeducativas, oferta de processos formativos, avaliação e monitoramento da implementação nos estados.	DMF	2024

39	**Programa Pós-medida (sistema socioeducativo)** Disseminar a metodologia do Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa, incidindo na implementação, qualificação e monitoramento dos programas nos estados.	DMF	2024
40	**Ação Nacional de cultura (sistema socioeducativo)** A partir do diagnóstico situacional nacional realizado em 2023, busca-se contribuir com a construção de uma Diretriz Nacional de Fomento à Cultura, bem como com a ampliação e diversificação de práticas culturais ofertadas ao público do socioeducativo.	DMF	2024
41	**Aprendizagem (sistema socioeducativo)** Impulsionar a ampliação da oferta de oportunidades de aprendizagem e qualificação profissional para adolescentes e jovens em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas, sob a perspectiva da promoção do acesso a direitos e do fortalecimento do protagonismo desses(as) adolescentes e jovens.	DMF	2024
42	**Plataforma Socioeducativa** Adaptar o core do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para viabilizar a integração e a configuração de novos fluxos de processo que atendam às demandas das medidas socioeducativas, tanto para os processos de apuração de ato infracional quanto para os de execução de medidas socioeducativas.	DMF	2024
43	**Inspeção judicial** Socioeducativo – Qualificar as inspeções judiciais em unidades socioeducativas e programas de meio aberto por meio do desenvolvimento de novas metodologias e do aprimoramento dos formulários de inspeção. Penal – Aprimorar instrumentais e normativas, desenvolver manuais técnicos e realizar formações para qualificar as inspeções judiciais nos estabelecimentos penais.	DMF	2025
44	**Enfrentamento da tortura** Socioeducativo – Fortalecer ações judiciais e contribuir para a construção de fluxos de combate à tortura. Penal – Qualificar as ações judiciais de prevenção e combate à tortura, maus tratos e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes no âmbito das audiências de custódia e dos estabelecimentos penais, bem como documentar, monitorar e publicizar dados de registro e apuração de denúncias de tortura e óbitos nos estabelecimentos penais.	DMF	Em andamento
45	**Populações com vulnerabilidade acrescida** Qualificar as políticas judiciárias voltadas para populações em contexto de vulnerabilidade acrescida, em especial pessoas negras, LGBTQIAPN+, migrantes, em situação de rua, com deficiência, vivendo com HIV/aids ou doenças infectocontagiosas, povos indígenas e mulheres.	DMF	2024
46	**Saúde mental** Socioeducativo – Qualificar a atuação do Judiciário na garantia dos cuidados em saúde mental de adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo, buscando a atuação conjunta a partir da produção de normativa nacional, de manual sobre o tema e da pactuação de fluxos locais. Penal – Assegurar o atendimento integral à saúde articulado com o SUS, em harmonia com a Lei nº 10.216/01 e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, qualificando a atuação do Poder Judiciário nos casos que envolvem pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei, bem como com a articulação com as políticas sociais.	DMF	2024
47	**Políticas de drogas** Ampliar o acesso dos públicos dos sistemas de justiça criminal e justiça juvenil aos serviços de atenção às pessoas que usam drogas.	DMF	2024

48	**Documentação civil** Socioeducativo – Assegurar o acesso à documentação civil básica a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, a partir da construção e definição de estratégias com os Tribunais de Justiça, órgãos emissores e instituições responsáveis pela gestão do sistema onde se inserem. Penal – Universalizar o acesso a documentos básicos para pessoas privadas de liberdade a partir da adoção de soluções tecnológicas e da capacitação contínua de atores envolvidos na emissão de documentos, certificação e autenticação de dados biométricos.	DMF	2024
49	**Articulação Internacional e Proteção dos Direitos Humanos** Assegurar os instrumentos necessários para a difusão de conhecimento especializado em âmbito internacional.	DMF	Em andamento
50	**Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF)** Ofertar diretrizes qualificadas e instrumentalizar os GMFs para atuarem em consonância com as competências definidas pelas normativas do CNJ, de forma cada vez mais parametrizada e pautada em boas práticas.	DMF	2024
51	**Formação e cultura Institucional** Qualificar a atuação de juízes, juízas e demais profissionais envolvidos nos sistemas penal e socioeducativo, através de formações e capacitações específicas desenvolvidas pelo CNJ e instituições parceiras.	DMF	2024
52	**Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais** Qualificar a gestão de dados pessoais em todas as iniciativas do programa Fazendo Justiça, fortalecendo estratégias de tratamento e proteção de dados do CNJ.	DMF	2025
53	**Programa Novos caminhos** Detalhar os passos essenciais para a implementação do programa em todos os estados, assegurando que a política pública seja efetivamente aplicada e monitorada.	CN	Em andamento
54	**Central de Regulação de Vagas (sistema penal)** Contribuir para a racionalização da ocupação de vagas prisionais e enfrentar o estado de coisas inconstitucional das prisões brasileiras (ADPF 347) por meio da definição de parâmetros para a tomada de decisão judicial e promoção de ferramentas de regulação de vagas..	DMF	2025
55	**Ação Nacional de Trabalho e Renda** Articular atores centrais para a implantação de uma Ação Nacional de Fomento ao Trabalho e Renda para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.	DMF	2025
56	**21 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher - edição 2025** Promover a sensibilização da sociedade sobre as diversas formas de violência que afetam meninas e mulheres, promovendo a equidade de gênero e os direitos humanos.	CEP	Em andamento
57	**Evolução do Sistema Nacional de Adoção (SNA)** Evolução tecnológica e funcional do SNA por meio do desenvolvimento incremental de novos módulos, atualização de componentes existentes, integrações e adequações normativas (Res. CNJ nº 289/2019; Provimento nº 165/2024; Programa Justiça 4.0)	CEP	Em andamento
58	**Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal - Edição 2026** O projeto tem como objeto estruturar, executar e avaliar a edição 2026 do Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, ação interinstitucional de grande escala voltada ao fortalecimento de direitos fundamentais, à ampliação do acesso à justiça e à oferta integrada de serviços públicos em regiões remotas da Amazônia Legal.	CEP	Em andamento

59	**SEEU – Reescrita** Otimização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), com foco em elevar a disponibilidade da solução, otimizar o consumo dos recursos de nuvem na plataforma AWS e viabilizar a absorção progressiva dos tribunais de São Paulo.	CEP	Em andamento

Objetivo Estratégico 8

Fortalecer a Política Judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização

Incentivar a política de conciliação e a mediação como instrumentos efetivos de pacificação social para solução e prevenção de litígios. Sensibilizar os órgãos de representação judiciária dos entes públicos no sentido de buscar, sempre que possível, a solução consensual dos litígios, bem como estabelecer critérios objetivos para inibir a utilização de "manobras processuais" que visem apenas postergar o fim do processo.

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
40	Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos	Implementar, ano a ano, 100% das ações que promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos, até 2026						Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		(Total de ações concluídas no ano/Total de ações planejadas no ano)*100							
Descrição: *mede o percentual de implantação das ações planejadas no ano*									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Plano Nacional do Poder Judiciáro "Judicialização e Sociedade": ações para acesso à saúde pública de qualidade** Prevenir a judicialização da saúde e a melhora na qualidade dos serviços de Sistema Único de Saúde, na atenção primária e secundária.	GJF	2021
2	**Integração do "Consumidor.gov.br" ao Pje** Integrar o "Consumidor.gov.br" ao Pje.	SEP	2021

TEMA: **Tecnologia da Informação e Gestão de Dados**

Definição de políticas de TIC para o Poder Judiciário e o CNJ; uso racional dos instrumentos de tecnologia da informação e comunicação, com garantia de confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da Justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, e promovendo a inovação tecnológica, a transformação digital e a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação. Estão abrangidas a iniciativas de gestão de dados no âmbito das competências das unidades gestoras de TIC, visando sua integridade, segurança e disponibilidade.

Objetivo Estratégico 9

Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital

Desenvolver ações e disseminar práticas que estimulem a inovação tecnológica para a ampliação da transformação digital e da inteligência artificial no Poder Judiciário. E, ainda, desenvolver ações tecnológicas que promovam a materialização de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário, como o Processo Judicial Eletrônico, dentre outras políticas nacionais, com base nos princípios da eficiência, da eficácia, da economicidade e da efetividade.

Indicadores e Metas

<table>
<tr><th rowspan="2">Nº</th><th rowspan="2">Indicador</th><th colspan="6">Metas</th><th rowspan="2">Responsável</th><th rowspan="2">Periodicidade</th></tr>
<tr><th>2021</th><th>2022</th><th>2023</th><th>2024</th><th>2025</th><th>2026</th></tr>
<tr><td rowspan="2">15</td><td rowspan="2">Engajamento dos usuários na Plataforma Connect-JUS</td><td colspan="6">Incrementar anualmente o engajamento dos usuários na Plataforma Connect-JUS, visando um crescimento de 20% no ano de 2024, seguido por um aumento de 15% em 2025 e de 10% em 2026.</td><td rowspan="2">DTI</td><td rowspan="2">Anual</td></tr>
<tr><td>-</td><td>1.074</td><td>1.501</td><td>1.800</td><td>2.070</td><td>2.280</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fórmula</td><td colspan="8">O cálculo é realizado por meio de uma média ponderada, onde cada Postagem de Iniciativa é multiplicada por 3, cada Arquivo Incluído é multiplicado por 1,5 e cada Post em Fóruns Temáticos por 1</td></tr>
<tr><td colspan="10">Descrição: Este indicador mensura o engajamento total na Plataforma Connect-JUS, ponderando as ações com base na relevância e participação dos usuários nas postagens de iniciativas, compartilhamento de arquivos e participações em fóruns temáticos.</td></tr>
</table>

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**SNIPER – Justiça 4.0** Desenvolver ferramenta de análise financeira e busca de ativos do Poder Judiciário. A ferramenta será denominada SNIPER.	SEP	2024
2	**CODEX** Extrair, indexar e centralizar informações processuais (metadados e documentos) de todos os feitos em tramitação, nos tribunais que atuarão para produzir IA em relação a esses mesmos processos. Além disso, o Codex fará o monitoramento de todas as alterações processuais e inserção de documentos, durante a vida útil do processo e servirá como base para produção de todas futuras soluções de IA.	SG	2023
3	**SINAPSES I** Aplicar ferramentas de inteligência artificial dentro da plataforma SINAPSES.	SG	2023
4	**Mineração de Processos do Pje** Desenvolver metodologia para aplicação de técnicas de mineração de processos nas bases de dados do PJE	DTI	Em andamento
5	**Serviços Estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)** Desenvolver e disponibilizar 6 (seis) serviços estruturantes da plataforma PDPJ-Br, em conformidade com a Resolução CNJ nº 335, de 29 de setembro de 2020	DTI	2024
6	**SINAPSES II** Aplicar ferramentas de inteligência artificial dentro da plataforma SINAPSES que contribuam para potencializar a sistematização, mineração de textos e análise de dados do Poder Judiciário como subsídio ao planejamento da política judiciária e apoio à tomada de decisão pelos magistrados.	SG	2023
7	**SINAPSES III** Aplicar ferramentas de inteligência artificial dentro da plataforma SINAPSES que contribuam para potencializar a sistematização, mineração de textos e análise de dados do Poder Judiciário como subsídio ao planejamento da política judiciária e apoio à tomada de decisão pelos magistrados.	SG	2023
8	**SNGB - Sistema Nacional de Gestão de Bens (antigo Novo SNBA)** Produzir nova ferramenta digital para cadastro e controle dos bens apreendidos no âmbito dos processos da justiça brasileira, em substituição à ferramenta atual, denominada Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA). A nova ferramenta será denominada Novo SNBA 2.0.	SEP	2024
9	**Domicílio Judicial Eletrônico** Desenvolver módulo intitulado “Domicílio Judicial Eletrônico” para centralizar as comunicações processuais através de desenvolvimento de API e outros mecanismos de integração assíncrona por meio de um sistema centralizador.	DTI	2024
10	**SPVATJUD (antigo DPVATJUD)** Construir módulo de integração do DPVAT na PDPJ-Br, onde se desenvolve solução de software para automatizar o acesso às informações das bases de dados da CEF acerca do DPVAT.	SEP	2025

11	**SNGB- Melhorias Evolutivas** Melhorar o Sistema Nacional de Gestão de Bens Apreendidos (SNGB) e manter o sistema por meio de ciclos de sprints, com a previsão de transferir gradativamente o conhecimento técnico ao CNJ, permitindo que a equipe interna assuma a sustentação de forma plena ao término do projeto.	SEP	Em andamento
12	**SNA - Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento** Desenvolver uma nova versão do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (Novo SNA) com inclusão de soluções adequadas aos padrões da PDPJ.	SEP	2025
13	**Pesquisa IA 2023 - Mapeamento dos projetos de Inteligência Artificial em desenvolvimento pelos tribunais brasileiros** Mapear as ações em andamento e concluídas relacionadas ao desenvolvimento de soluções de Inteligência Artificial (IA) no âmbito do judiciário brasileiro.	SEP	2024
14	**Conecta** Monitorar conformidades na integração de sistemas legados à PDPJ-BR e na produção de novas soluções.	DTI	Em andamento
15	**Monitoramento: soluções da PDPJ-Br** Criar uma plataforma integrada com dashboard unificado para monitorar globalmente a adoção e o impacto das soluções tecnológicas da PDPJ-Br.	DTI	2024
16	**Apoio a implantação de soluções da PDPJ-Br** Assegurar que todos os participantes do sistema tenham acesso a um suporte técnico eficiente, capaz de solucionar problemas mais complexos que exijam conhecimentos especializados, garantindo assim a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela PDPJ-Br.	DTI	Em andamento
17	**IA para Gestão de Precedentes Qualificados** Desenvolver e aplicar soluções de inteligência artificial para otimizar a gestão e análise de processos judiciais sobrestados	DTI	2025
18	**Domicílio Judicial Eletrônico - Melhorias Evolutivas** Desenvolver melhorias e correções no módulo intitulado “Domicílio Judicial Eletrônico” e na integração dos tribunais, para a expansão no uso do sistema pelas instituições privadas, instituições públicas e pessoas físicas.	SEP	Em andamento
19	**Serviços Estruturantes - Melhorias Evolutivas e Corretivas** Implementar melhorias evolutivas, correções e novas funcionalidades nos Serviços Estruturantes. Este conjunto de serviços, desenvolvido no âmbito da PDPJ-Br, já disponibilizou ao Poder Judiciário soluções essenciais, como o Serviço de Autenticação (SSO), Marketplace, Notificações e Cabeçalho Processual, além da Consulta às Tabelas Processuais Unificadas (TPU), dos serviços de mensageria, pessoas e endereços. Nesta nova etapa, o foco está em aprimorar a performance, segurança, usabilidade e funcionalidades desses serviços, assegurando excelência no atendimento às demandas do sistema judiciário e de seus usuários.	SEP	Em andamento
20	**API de Pessoas** Desenvolver API para consulta de dados centralizados de Pessoa, pessoa física ou pessoa jurídica, possibilitando o acesso por sistemas integrados ao PDPJ-Br e por consumidores externos que tenham a devida autorização. A API de Pessoas é uma ferramenta eficaz para enriquecer aplicações com informações estruturadas e organizadas sobre Pessoa (pessoa física e jurídica) do sistema Jus.br, melhorando a precisão no acesso e no cadastro de dados de Pessoa. Além disso, a API oferece monitoramento do acesso aos dados de Pessoas.	SEP	Em andamento
21	**CODEX - Melhorias Evolutivas e Corretivas** O projeto visa implementar melhorias evolutivas, correções e novas funcionalidades na plataforma Codex	SEP	Em andamento

22	**Gestão de clientes** Implementar uma solução integrada para a gestão de acessos e credenciais às APIs da PDPJ-Br, garantindo maior segurança, controle e eficiência. A iniciativa envolve a centralização da gestão de credenciais (Client ID e Secret ID), a automação do processo de tarifação e o desenvolvimento de um Portal do Desenvolvedor para facilitar a integração com as APIs. Além disso, será implementado um sistema de monitoramento em tempo real e rate limiting para garantir a estabilidade e rastreabilidade no uso dos serviços	SEP	2026
23	**e-NatJus 4.0** Aperfeiçoamento da plataforma eNatJus para viabilizar sua integração com sistemas processuais eletrônicos, NAT-Jus, além de outras bases de dados, inclusive às inerentes ao sistema da saúde suplementar.	SEP	Em andamento

Objetivo Estratégico 10

Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas

Desenvolver e disseminar práticas reconhecidas de governança e de gestão de TI, garantindo o alinhamento com a estratégia do CNJ e do Poder Judiciário, e tendo como referência o desenvolvimento colaborativo, sempre que cabível.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
16	Índice de satisfação dos usuários de TIC	Atingir 95% no índice de satisfação dos usuários de TIC, até 2026						DTI	Anual
		85%	87%	89%	91%	93%	95%		
Fórmula		∑ da quantidade dos usuários respondentes satisfeitos/∑ da quantidade dos respondentes)*100							
Descrição: Mede a satisfação dos usuários de TIC do CNJ									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
17	Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD	Atingir 90 pontos de resultado no índice de Governança de TIC (iGovTIC-JUD), até 2026, alcançando o nível "Excelência" de maturidade						DTI	Anual
		70	75,50	77,77	80,10	85	90		
Fórmula		O resultado é computado conforme metodologia estabelecida ao Poder Judiciário que avalia o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC, de acordo com as respostas atribuídas no questionário aplicado anualmente.							
Descrição: Identifica, avalia e acompanha a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do CNJ.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
18	Índice de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco	Ter 100% das Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco, até 2026.						DTI	Anual
		20%	30%	50%	60%	100%	100%		
Fórmula		(Total de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco/ Total de Soluções de TIC de alta criticidade) * 100							
Descrição: Avalia se as Soluções de TIC de Alta criticidade possuem gestão de risco.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Diagnóstico e disseminação – Justiça 4.0** Realizar diagnóstico a respeito da conjuntura tecnológica nos tribunais e apoiar a elaboração de planos de trabalho visando a sua integração ao Programa.	SG	2022
2	**Implementação Planos de Ação - Integração plena à PDPJ-Br e ao PJ 4.0** Monitorar e dar apoio continuado aos tribunais no cumprimento de suas metas pactuadas nos planos de ação de integração à PDPJ-Br, conforme instituído pela portaria nº. 37 de 08 de fevereiro de 2022 e orientado pelo Ofício Circular GP 295/2022, de 03 de maio de 2022.	SEP	2023
3	**Phase-out: Transição Projetos X Operação** Estrturar a transição sustentável de soluções do Justiça 4.0 para o CNJ, considerando suporte, infraestrutura e treinamento. Tem como objetivo desenvolver e implementar boas práticas de transição dos serviços para a operação após a conclusão dos projetos de desenvolvimento, incluindo etapas obrigatórias no cronograma dos projetos, como treinamentos e repasse aos times de suporte técnico do DTI. Além disso, será padronizado que o repasse de conhecimento tenha início já na fase de homologação do sistema, otimizando a transferência de conhecimento e facilitando a integração com a operação.	SEP	Em andamento

TEMA: **Inovação e Desburocratização**

Desenvolvimento de ações que promovam a inovação nos processos de trabalho, com vistas à simplificação dos procedimentos, e o uso de formas flexíveis de gestão, observadas a celeridade, a transparência, a segurança, o trabalho colaborativo e a garantia da Infraestrutura adequada ao funcionamento do órgão.

Objetivo Estratégico 11

Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ

Promover a adequação e a modernização das instalações (espaço físico, tecnológico, mobiliário, climatização, higiene, limpeza, etc.) para assegurar o pleno desenvolvimento das atividades do Conselho.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
19	Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ	Alcançar nota média de 94% até 2026						SAD	Anual
		70%	85%	88%	88,3%	88,6%	89%		
Fórmula		(Somatório das notas dos usuários/total de usuários que responderam a pesquisa)*100/5							
Descrição: Avalia a qualidade e adequação da infraestrutura física do CNJ segundo os usuários									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
20	Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração	Alcançar nota média de 94% até 2026						SAD	Anual
		70%	85%	88%	88,3%	88,6%	89%		
Fórmula		(Somatório das notas dos usuários/total de usuários que responderam a pesquisa)*100/5							
Descrição: Mede o índice de satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração									

Objetivo Estratégico 12

Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo

Adotar iniciativas que promovam melhorias e inovação nos processos que suportam as atividades do órgão, com vistas ao incentivo, sempre que possível, à doação de modelo colaborativo no âmbito do próprio órgão e entre órgãos do Poder Judiciário.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
03	Índice de execução do planejamento anual da DAGI	Executar 80% das ações planejadas pela Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral até o final do ano						DAGI	Anual
		100	100	100	100%	80%	80%		
Fórmula		∑ de ações estratégicas realizadas							
Descrição: O indicador pretende mensurar a execução de todas as ações planejadas pela Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral em um exercício.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
21	Índice de eficácia do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	Atingir 90% no índice de eficácia apontado pelos usuários do Portal CNJ de Boas Práticas, até 2026						DGE	Anual
		72,5%	85%	90%	90%	90%	90%		
Fórmula		(quantitativo de respostas "Muito Bom" + quantitativo de respostas "Bom")/(Total de participantes*quantitativo de perguntas)*100							
Descrição: Mede a funcionalidade, confiabilidade, usabilidade, eficiência do Portal CNJ de Boas Práticas									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
22	Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria	Atingir 100% de KPA's concluídos e publicados na internet, até 2026						SAU	Anual
		10%	60%	70%	80%	90%	100%		
Fórmula		(∑ das tarefas concluídas dos KPAs/ total de tarefas dos KPA´s)*100							
Descrição: mede a evolução da maturidade e confiabilidade dos trabalhos da unidade de auditoria com base nos processos-chave da unidade (KPAs), para atingimento do nível de maturidade 2 do modelo IA-CM do IIA.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
23	Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria	Alcançar a média anual no Nível Progressivo (80<x≤90) na escala de avaliação da qualidade de auditorias e consultorias, até 2026						SAU	Anual
		70%	80%	90%	90%	90%	90%		
Fórmula		(∑TAC/Quantidade de auditorias e consultorias) * 100							
Descrição: Mede a eficiência dos processos de auditoria e consultoria, incluindo o planejamento, a execução, a supervisão, a comunicação dos resultados, o monitoramento e a interação com os auditados, de forma a identificar possíveis falhas de aprimoramento. O indicador será calculado em função do Total das Avaliações Contínuas (TAC), que levam em consideração a percepção das unidades auditadas, auditores e supervisores, conforme Programa de Qualidade da Auditoria Interna – PQ-Aud.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
24	Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria	Obter 98% de adesão dos tribunais às Ações Coordenadas de Auditoria, ano a ano, até 2026.						SAU	Anual
		98%	98%	98%	98%	98%	98%		
Fórmula		(Qtd tribunais que enviaram informações da auditoria/Qtd de tribunais do SIAUD-Jud)*100							
Descrição: Mede a adesão dos tribunais e conselhos do SIAUD-Jud à ação coordenada de auditoria									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
25	Índice de satisfação dos resultados das ações coordenadas de auditoria	Obter 90% de satisfação com os resultados das ações coordenadas de auditoria, até 2026.						SAU	Anual
		70%	80%	90%	90%	90%	90%		
Fórmula		∑(TAC/Quantidade de auditorias e consultorias) * 100							
Descrição: Mede o índice geral de satisfação dos tribunais e conselhos do SIAUD-Jud em relação às melhorias nos processos de gestão, governança e riscos, oriundas de ações coordenadas de auditoria.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**PMO Jud – Estruturação do Escritório de Projetos do Conselho Nacional de Justiça – Justiça 4.0** Estruturar Escritório de Projetos do CNJ.	SEP	2024
2	**Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário** Realizar diagnóstico nacional acerca das inovações do Poder Judiciário Brasileiro, estruturação e realização da Premiação nacional acerca de práticas inovadoras e, elaboração de um Plano Nacional de Inovação para o Poder Judiciário.	SEP	2024

3	**Projeto Piloto – Rede de Apoio para Avaliação Externa, com base no IA-CM** Testar a metodologia de avaliação da maturidade das auditorias internas do Poder Judiciário com base no IA CM, em ambiente colaborativo, antes da formalização de norma nacional. Para isso, o projeto buscará verificar a aplicabilidade do modelo, promover capacitação, orientar a realização de autoavaliações e validações externas entre os órgãos participantes, a fim de consolidar uma proposta normativa para instituir a Rede de Apoio.	SAU	Em andamento
4	**Conexão Auditoria** Institucionalização do Conexão Auditoria como espaço permanente de integração entre as unidades de auditoria interna do Poder Judiciário, por meio da realização de encontros virtuais síncronos, com foco na troca de experiências e na disseminação de boas práticas, com uma abordagem informal e voltada ao cotidiano.	SAU	Em andamento
5	**Campanha "Maio da Auditoria Interna" – CNJ 2026** Desenvolver e executar a campanha institucional "Maio da Auditoria Interna" no âmbito do CNJ, incluindo ações educativas, conteúdos técnicos, eventos estratégicos, divulgação contínua e criação de um FAQ permanente voltado à compreensão do papel da Auditoria Interna.	SAU	Em andamento

Objetivo Estratégico 13

Estimular a desburocratização no Poder Judiciário

Propor e adotar iniciativas que promovam simplificação e desburocratização nos processos que suportam as atividades do órgão e do Poder Judiciário, com vistas à maior eficiência e qualidade dos serviços prestados Judiciário brasileiro.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
26	Índice de melhorias implementadas em processos prioritários	Implementar 100% das melhorias estabelecidas, ano a ano, para os processos prioritários, até 2026						DGE	Anual
		100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Fórmula		(Número de ações de melhorias implementadas em processos prioritários)/(Total de ações de melhorias planejadas em processos prioritários)*100							
Descrição: Mede o percentual de ações de melhorias implementadas em processos prioritários, em relação às ações de melhorias planejadas. São considerados processos prioritários: a) Processos indicados pela Alta Administração; b) Processos apontados pela Secretaria de Auditoria; c) Atividades consideradas relevantes resultantes de mapeamento dos processos organizacionais.									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Execução Fiscal - Automação e Governança** Automatizar processos de execução fiscal e instituição de medidas de governança.	SEP	2024

2	**Gabinete do Juízo** Criar uma solução modular que permita a realização dos atos de gabinete dos juízes, com arquitetura baseada em microsserviços, aderente à Plataforma Digital do Poder Judiciário Nacional, instituída pela Resolução CNJ Nº 335/2020 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3496), e que atenda aos requisitos técnicos e de arquitetura fixados pelo CNJ por meio da Portaria CNJ Nº 253-2020(https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3582), publicada em 18 de novembro de 2020, que instituiu os critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br.	SEP	Em andamento
3	**BNP - Pangea** Construir o módulo BNP/Pangea da PDPJ, desenvolvendo uma solução de software para a criação do Banco Nacional de Precedentes (BNP) e a ferramenta de pesquisa desta base.	SEP	Em andamento
4	**Fluxo Nacional Automatizado das Execuções Fiscais** Implementar módulo da PDPJ com funcionalidades necessárias à automação e acompanhamento do processamento dos processos de execução fiscal, desde o ajuizamento da inicial até a etapa de constrição de bens pela PDPJ (SISBAJUD, RENAJUD, Sniper-BC). O módulo vai acompanhar os processos judiciais e eventos neles lançados por meio da PDPJ (Codex) e gerar notificações (serviço de notificações) para consumo dos sistemas processuais dos tribunais.	SEP	Em andamento
5	**Sniper BC** Construir Sniper BC, que disponibilizará informações de novas bases de acesso restrito pelo poder judiciário, possibilitando ao usuário realize pesquisas de ativos e pedidos judiciais de bloqueio e constrição de bens nesses sistemas de forma integrada, aumentando a eficiência e eficácia jurisdicional nessas atividades.	SEP	Em andamento
6	**Sistema de Detecção e Prevenção de Nepotismo no Poder Judiciário** O projeto visa desenvolver e implementar um sistema inteligente de detecção e prevenção de nepotismo no Poder Judiciário, utilizando tecnologias de análise de dados, inteligência artificial e mineração de dados para identificar vínculos familiares e possíveis irregularidades em nomeações, contratações e designações em todos os Tribunais vinculados ao CNJ.	SEP	Em andamento

TEMA: **Sustentabilidade e Acessibilidade**

Desenvolvimento de cultura institucional que inclua aspectos de sustentabilidade e acessibilidade nas atividades dos órgãos do Poder Judiciário. Incluem-se neste tema a observância aos impactos sociais, ambientais e econômicos causados pela atuação do Conselho; a melhoria da qualidade do gasto público e a garantia da acessibilidade plena, por meio da eliminação e prevenção de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, nas informações, atitudinais e tecnológicas.

Objetivo Estratégico 14

Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade

Criar mecanismos para orientar a implantação e aperfeiçoamento da gestão das políticas judiciárias voltadas à utilização racional e sustentável dos recursos naturais e para a redução dos impactos sociais, ambientais e econômicos causados pela atuação dos órgãos do Poder Judiciário. Busca-se, ainda, a melhoria da qualidade do gasto público e a garantia do pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência em todos os serviços do Poder Judiciário.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
27	Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável	Executar 90% do PLS/CNJ até 2026						DGE	Anual
		80%	82%	84%	86%	88%	90%		
Fórmula		(Total de indicadores do PLS que cumpriram a meta)/(Total de indicadores previstos no PLS)*100							
Descrição: Mede o índice de cumprimento de indicadores do PLS/CNJ									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Semana do Meio Ambiente** Realizar atividades no período de 8 (oito) a 10 (dez) de junho de 2021, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente que ocorreu no dia 05 de junho de 2021.	DGE	2021
2	**Sirenejud 2.0** Desenvolver ferramentas, estudos e iniciativas voltadas para a compreensão do fenômeno dos danos ambientais a partir de uma perspectiva macrorregional, englobando também países da América do Sul com proximidade à Amazônia Legal e às fronteiras brasileiras.	SEP	2024
3	**Propagar - Inclusão, Acessibilidade, Justiça e Cidadania** Promover eventos virtuais visando a difusão de ações e projetos implementados nos tribunais que estejam relacionados à inclusão do cidadão, à acessibilidade e à cidadania.	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	2024
4	**Polícia Judicial Amiga dos Autistas** Fomentar ações formativas, de sensibilização e de inclusão, voltadas ao desenvolvimento funcional e à reflexão dos ocupantes dos cargos de agente e inspetor de Polícia Judicial, sobre questões relativas às pessoas com deficiência e seus direitos, sobretudo, no caso do autismo.	DSIPJ	2025
5	**Selo Linguagem Simples** Abrir edital aos Tribunais para inscrição de propostas para avaliação e posterior premiação.	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	2024
6	**Programa de Acessibilidade e Inclusão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** Promover a mudança da cultura organizacional por meio da implementação das ações e projetos da Política de acessibilidade e inclusão.	SEP	Em andamento
7	**Cadastro Nacional de Intérpretes e Tradutores de língua Indígenas do Poder Judiciário (CNITI)** Implementar um Cadastro Nacional de Intérpretes e Tradutores de Línguas Indígenas do Poder Judiciário (CNITI) disponibilizar intérpretes e tradutores de línguas indígenas para utilização em atos judiciais e correlatos, em todo o território nacional.	SEP	Em andamento
8	**Programa Justiça Carbono Zero no âmbito do CNJ** Implementar o Programa Justiça Carbono Zero no âmbito do CNJ, em cumprimento à Resolução CNJ nº 594/2024, com o objetivo principal de alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030.	DGE	Em andamento

TEMA: Comunicação Institucional

Impulso à relação do CNJ com os públicos externos (demais poderes da República, demais órgãos do Poder Judiciário, instituições essenciais à administração da Justiça e a sociedade); participação social nas discussões levadas ao Poder Judiciário; compartilhamento de informações processuais entre os Tribunais; e comunicação interna como instrumento de aprimoramento institucional.

Objetivo Estratégico 15

Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário

Promover ambiente participativo e colaborativo no âmbito do CNJ e com os demais órgãos do Poder Judiciário, com vistas a melhorar os resultados organizacionais, e fortalecer a imagem institucional do Conselho e do Poder Judiciário e a prestação de contas à sociedade. Visa implementar ações para facilitar a troca de informações em todos os níveis da Justiça, com os demais poderes e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos.

Indicadores e Metas

<table>
<tr><th rowspan="2">Nº</th><th rowspan="2">Indicador</th><th colspan="6">Metas</th><th rowspan="2">Responsável</th><th rowspan="2">Periodicidade</th></tr>
<tr><th>2021</th><th>2022</th><th>2023</th><th>2024</th><th>2025</th><th>2026</th></tr>
<tr><td rowspan="2">28</td><td rowspan="2">Índice de Comunicação Institucional</td><td colspan="6">Atingir 80% dos resultados estabelecidos, ano a ano, para as iniciativas previstas no Plano Anual de Comunicação.</td><td rowspan="2">SCS</td><td rowspan="2">Anual</td></tr>
<tr><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>80%</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fórmula</td><td colspan="6">$\sum_{i=1}^{8}$ peso das ações</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="10">Descrição: Trata-se de indicador sintético da Secretaria de Comunicação Social que aglutina 8 indicadores considerados de maior relevância para a gestão e que compõem o plano de trabalho da unidade. Este plano é atualizado todos os anos, alterando assim a composição do indicador.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th rowspan="2">Nº</th><th rowspan="2">Indicador</th><th colspan="6">Metas</th><th rowspan="2">Responsável</th><th rowspan="2">Periodicidade</th></tr>
<tr><th>2021</th><th>2022</th><th>2023</th><th>2024</th><th>2025</th><th>2026</th></tr>
<tr><td rowspan="2">29</td><td rowspan="2">Alcance e Engajamento no Portal do CNJ</td><td colspan="6">Ter aumento de 2%, em relação ao ano anterior, até 2026</td><td rowspan="2">SCS</td><td rowspan="2">Anual</td></tr>
<tr><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td><td>2%</td><td>2%</td><td>2%</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fórmula</td><td colspan="8">Alcance (Peso 80%)
>> Visitas diárias de Usuários Únicos - permite avaliar o acesso diário de usuários únicos, evitando repetições de acessos pela mesma pessoa
>> Média de páginas visitadas por Usuários Únicos – Total de visualizações em um período / Total de usuários únicos no mesmo período
>> % de Visitas via ferramenta de busca – Avalia se a estratégia de SEO é adequada e se está trazendo as pessoas para os conteúdos do Portal de forma ágil

Fórmula Alcance
Visitas diárias (Peso interno 30%):
= (crescimento das visitas diárias de usuários únicos de um período para outro)/5)*100, caso o crescimento seja 0% e <= 1% (2%, a partir de 2024)
= 0, caso o crescimento seja < do que o período anterior;
= 1, caso o crescimento seja > do que 1% (2%, a partir de 2024) em relação ao período anterior.

Média de Páginas (Peso interno 20%):
= (crescimento da taxa média de páginas visitadas por usuários únicos de um período para outro)/1)*100, caso o crescimento seja > 0% e <= 1% (2%, a partir de 2024)
= 0, caso o crescimento seja < do que o período anterior;
= 1, caso o crescimento seja > do que 1% (2%, a partir de 2024) em relação ao período anterior.

% via Busca (Peso interno 30%):
= (crescimento do % de visitas via ferramentas de busca de um período para outro)/5)*100, caso o crescimento seja > 0% e <= 1% (2%, a partir de 2024)
= 0, caso o crescimento seja < do que o período anterior;
= 1, caso o crescimento seja > do que 1% (2%, a partir de 2024) em relação ao período anterior.

Δ Alcance = Visitas diárias * 0,50 + Média de Páginas * 0,33 + % via Busca * 0,17
Engajamento (20%)
>> Tempo de Navegação Médio – Avalia se o conteúdo gerado é atrativo e se está levando o usuário a se manter navegando no Portal, acessando outras seções
Fórmula Engajamento

= (crescimento do tempo de navegação médio de um período para outro)/1)*100, caso o crescimento seja 0% e <= 1% (2%, a partir de 2024)
= 0, caso o alcance dos posts do Facebook seja < do que o período anterior;
= 1, caso o alcance dos posts do Facebook seja > do que 1% (2%, a partir de 2024) em relação ao período anterior.

Fórmula Final = Δ Alcance * 0,60 + Δ Engajamento * 0,40</td></tr>
<tr><td colspan="10">Descrição: Mede eficácia (alcance) e eficiência (engajamento) dos conteúdos no Portal CNJ</td></tr>
</table>

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
30	Índice de Satisfação com a Comunicação Interna	Alcançar 80% dos usuários internos satisfeitos com os canais de comunicação, até 2026						SCS	Anual
		60%	72%	74%	76%	78%	80%		
Fórmula		(Muito Boa + Boa)/(Total de participantes)*100							
Descrição: Mede a satisfação dos servidores e colaboradores do CNJ com os canais de comunicação interna									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026** Realizar a disseminação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.	DGE	2022
2	**Portal JusBr** Desenvolver Portal Jus.br que permitirá o acesso aos principais serviços relevantes para usuários internos e externos no âmbito do judiciário, como advogados, representantes dos Ministérios Públicos, defensorias e o público em geral visando: ·Aprimorar a eficiência operacional, transparência e acessibilidade; ·Promover uma experiência digital; ·Facilitar o acesso às informações e serviços de forma ágil e segura.	Presidência	2025

TEMA: Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho

Gestão da cultura e do clima organizacionais; formação, desenvolvimento e aprimoramento de competências gerenciais e técnicas de magistrados e servidores; estudos relacionados à modernização das carreiras; ações de valorização de magistrados e servidores; humanização das relações de trabalho; promoção da qualidade de vida no trabalho.

Objetivo Estratégico 16

Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas

Aprimorar as políticas e práticas em gestão de pessoas com vistas a possibilitar a formação e o desenvolvimento profissional e a gestão por competência dos membros, servidores e agentes públicos atuantes na Justiça, adequar os meios e ferramentas para realização das atividades, garantir a segurança no ambiente de trabalho e assegurar cargas de trabalho adequadas. Trata-se, ainda, da gestão do conhecimento aplicada ao aperfeiçoamento profissional.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
31	Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas	Capacitar 15% dos servidores do Poder Judiciário nas competências estratégicas, ano a ano, até 2026						ENAJU	Anual
		15%	15%	15%	15%	15%	15%		
Fórmula		(Nº de servidores do Poder Judiciário capacitados em pelo menos um curso do ENAJU)/(Nº total de servidores)*100							
Descrição: Mede o percentual de servidores capacitados nas competências estratégicas definidas pelo CNJ em pelo menos um curso do ENAJU.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
32	Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais	Capacitar 7% dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais, até 2026						ENAJU	Anual
		1%	2%	6%	8%	8%	8%		
Fórmula		(Nº de gestores do Poder Judiciário capacitados em pelo menos um curso gerencial do ENAJU)/(Nº total de gestores)*100							
Descrição: Mede o percentual de gestores capacitados em cursos de capacitação gerencial oferecidos pelo ENAJU.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
33	Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ	Capacitar 40% dos servidores em no mínimo 8 horas no ano, até 2026						SGP	Anual
		50%	55%	40%	40%	40%	40%		
Fórmula		(Nº de servidores do CNJ capacitados em no mínimo 8 horas)/(Nº total de servidores que trabalharam no CNJ no ano)*100							
Descrição: Avalia a adesão ao programa de capacitação continuada do CNJ									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
34	Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ	Capacitar 50% dos gestores em no mínimo 15 horas no ano, até 2026						SGP	Anual
		55%	55%	50%	50%	50%	50%		
Fórmula		(Nº de gestores do CNJ capacitados em no mínimo 15 horas)/(Nº total de gestores que trabalharam no CNJ no ano)*100							
Descrição: Avalia a adesão ao programa de capacitação continuada do CNJ									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
35	Avaliação das capacitações realizadas	Aumentar 2% ao ano a satisfação com a qualidade dos treinamentos						SGP	Anual
		70%	72%	74%	76%	78%	80%		
Fórmula		(Somatório da avaliação média de cada curso/ total de cursos)*10							
Descrição: Avalia a qualidade do treinamento realizado									

Projetos Institucionais

Nº	Projetos Institucionais	Unidade Responsável	Ano conclusão
1	**Dimensionamento de Pessoal** Dimensionar o pessoal do Conselho Nacional de Justiça.	SGP	2022
2	**Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal** Elaborar cursos, materiais e ferramentas de capacitação na modalidade de Educação à Distância (EaD).	SEP	2024
3	**Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance no Poder Judiciário** Estimular, por meio de ações de sensibilização e de formação de gestores e servidores, a implantação de programas de integridade e compliance no Poder Judiciário.	SEP	2024
4	**Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias da PDPJ – BR** Desenvolver capacitações em tecnologias Java e Angular aplicadas à PDPJ-Br, na modalidade de Educação a Distância, para o Poder Judiciário brasileiro.	SEP	2025
5	**SINAPSES 5** Desenvolver capacitações em inteligência artificial, na modalidade de Educação a Distância, para o Poder Judiciário brasileiro.	SEP	2024

6	**Escola Virtual do Poder Judiciário** Criar a Escola Virtual do Poder Judiciário (EVJ) para promover igualdade de oportunidades de capacitação para os servidores do Poder Judiciário por meio da implementação do novo portal ENAJU/CNJ com uma interface mais amigável, da oferta de cursos a distância, do compartilhamento de vagas entre tribunais e da agregação de cursos na plataforma, facilitando o acesso dos servidores a uma variedade de oportunidades de desenvolvimento profissional.	SEP	Em andamento

Objetivo Estratégico 17

Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua

Aprimorar a assistência à saúde; fomentar a adoção de hábitos saudáveis, a prevenção de agravos, ambiente de trabalho confiável e seguro, condições de trabalho adequadas, organização do trabalho humanizada, relações socioprofissionais saudáveis, reconhecimento no trabalho e perspectiva de crescimento profissional, melhoria no desempenho e aumento dos níveis de produtividade.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
36	Satisfação quanto às ações de saúde e QVT	Ter 93% de satisfação quanto às ações de saúde e QVT, até 2026						SGP	Anual
		85%	85%	87%	89%	91%	93%		
Fórmula		(somatório dos percentuais de satisfação de cada iniciativa)/(quantidade de iniciativas avaliadas)							
Descrição: mede a satisfação dos participantes quanto às iniciativas de saúde e de qualidade de vida no trabalho realizadas. Considerar-se-á avaliação satisfatória, os dois pontos mais positivos dentro da escala de aferição. Para cada iniciativa, o percentual é calculado da seguinte forma: (somatório de respondentes nos pontos 3 e 4 da escala)/(total de respondentes)*100									

TEMA: **Orçamento e Finanças**

Garantia e disponibilidade de recursos orçamentários, financeiros e infraestrutura para a implementação de projetos e programas estratégicos e para regular o funcionamento do CNJ e do Poder Judiciário, no que couber, com observância aos princípios da economicidade e da eficiência.

Objetivo Estratégico 18

Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário

Desenvolver ações para aprimorar o planejamento e a execução orçamentária e financeira nos órgãos do Poder Judiciário e do CNJ, com o fito de buscar maior eficiência na gestão dos recursos, englobando expedição e revisão de normativos, ferramentas informatizadas, aperfeiçoamento de processos de trabalho, tratamento das informações e elaboração de diagnóstico.

Indicadores e Metas

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
37	Índice de Publicações das Informações Orçamentárias dos Tribunais	Ter 97% dos tribunais com pelo menos 93% das publicações disponibilizadas em seus sítios na internet até 2026						DAO	Anual
		92%	93%	94%	95%	96%	97%		
Fórmula		IP = QP / QT, onde: IP: Indicador de Publicação; QP: Quantidade de tribunais com pelo menos 93% das informações orçamentárias publicadas em seus sítios na internet; QT: Quantidade de tribunais com obrigação de publicação das informações orçamentárias.							
Descrição: Mede o percentual de tribunais que disponibilizaram em seus sítios eletrônicos na internet as informações orçamentárias exigidas pelas Resoluções CNJ n. 102, 195 e 303 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 54.									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
38	Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ	Captar 20% do orçamento de despesas discricionárias, ano a ano, até 2026						SOF	Anual
		20%	20%	20%	20%	20%	20%		
Fórmula		(Valor adicional / orçamento discricionário)*100							
Descrição: Avalia o montante de recursos adicionados ao orçamento do CNJ									

Nº	Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
39	Execução das despesas primárias do CNJ	Executar 97% de pagamentos em relação ao limite, ano a ano, até 2026						SOF	Anual
		97%	97%	97%	97%	97%	97%		
Fórmula		(Pagamentos efetuados no ano/limite de pagamento)*100							
Descrição: Avalia e acompanha a execução orçamentária do CNJ a partir dos pagamentos efetuados									